PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Administração
e Programa de Pós-Graduação em Economia FEA/PUC-SP

BOLETIM DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

BISUS 2018 - Vol. 1

AVANÇOS NAS ODS NO BRASIL E NO MUNDO

HELENA SANTIAGO

São Paulo

2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 3
CAPÍTULO 1. O QUE SÃO OS ODS..... 3
1.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável..... 3
1.2 Desenvolvimento Sustentável da ONU e os 17 novos objetivos..... 5
1.3 Cenário dos ODS no Brasil..... 17
CAPÍTULO 2. IMPORTANCIA DA EDS..... 19
2.1 Educação para o desenvolvimento sustentável – um instrumento fundamental para atingir os ODS..... 19
2.2 Implementação da aprendizagem para os ODS por meio da EDS..... 22
2.3 Integração da EDS em políticas, estratégias e programas..... 22
2.4. Abordagem da instituição como um todo..... 25
CAPÍTULO 3. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL..... 26
3.1 Como as grandes organizações estão se moldando a este conceito..... 26
3.2. Metodologia de pesquisa..... 27
3.3. Organizações Estudadas..... 28
3.3.1 Medidas Adotadas Pelas Organizações..... 29
3.3.2 No Ambiente Interno das Empresas..... 30
3.3.3 Visto de Fora..... 30
CAPÍTULO 4. IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES..... 30
4.1. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar às mulheres..... 31
4.2 Metas do ODS para meios de implementação dos mesmos..... 33
4.3 Casamento infantil ou precoce..... 34
4.4 Casamento forçados..... 35
4.5 Direitos reprodutivos..... 35
4.6 Empoderamento das mulheres..... 36
4.7 Exploração sexual e de outros tipos..... 37
4.8 Formas de discriminação contra mulher..... 37
4.9 Igualdade de gênero..... 38
4.10 Mutilação genital feminina..... 39
4.11 Participação plena e efetiva das mulheres..... 40
CAPÍTULO 5. EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO EONÔMICO..... 48
5.1. Do que se trata a ODS 8 e o que já vem sendo feito..... 48
5.2. Reflexão sobre o desenvolvimento e o crescimento econômico sustentável da economia Brasileira..... 52
CONCLUSÃO..... 54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 55

INTRODUÇÃO

Podemos classificar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também conhecidos como Objetivos Globais, como um chamado universal para ação contra a pobreza de forma geral em todo planeta, proteção para garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade em sociedade, dentre os objetivos de desenvolvimento podemos classificar e pontuar, mudança global do clima, desigualdade econômica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça algumas das prioridades capitais que são existentes dentro do cenário que se encontramos atualmente, desta forma seus objetivos são interconectados dando envolvimento e combate a temas que estão associados a outros objetivos, focados no mesmo intuito que seja de prosperidade vidando o progresso.

Um dos focos de maior relevância e impacto que se encontra em andamento, a preocupação em conscientizar todos os países a adotarem um acordo de prioridades e desafios ambientais que visa a integração de todo planeta na mesma causa oferecendo uma oportunidade única de colocar o mundo em um caminho mais próspero e sustentável, trabalha em aproximadamente 170 países e territórios espalhados por todo mundo.

Neste processo esta incluída a diminuição da pobreza, governança democrática e construção da paz, mudança do clima e risco de desastres e desigualdade econômica, com a aceleração do progresso já alcançado com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Quando usamos a palavra sustentável, damos importância tanto para nossa geração quanto para as futuras, algo que vai e esta além do momento e sim pensando no hoje, amanhã e no futuro, o termo desenvolvimento não olha para o futuro, mas através dos planos e políticas nacionais de desenvolvimento será possível desenvolver. Atualmente o Brasil assumiu o compromisso e pretende implantar e desenvolver dentro de sua capacidade de execução de 17 objetivos definidos com base em consulta pública globais, que propõem acabar com alguns dos maiores problemas que o planeta atualmente passa, como pobreza, fome e as desigualdades sociais, e entre outros pontos de grande relevância.

CAPÍTULO 1. O QUE SÃO OS ODS

1.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Pouco conhecido no Brasil o projeto chamado Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a mais recente iniciativa das Organizações das Nações Unidas – ONU – em tentativa direta e clara ao combate contra tudo que se faça para garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade.

Instituídos em 2015 pelas Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abrangem metas universais de desenvolvimento sustentável que devem ser alcançadas até 2030 por todos os países, em três dimensões: ecológica, social e econômica.

Podemos classificar a atuação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são importantes para

fortalecer a cultura da sustentabilidade ambiental e social nos governos e nas empresas, exemplos dentro do universo corporativo tornam os negócios mais eficientes, responsáveis, transparentes e mais competitivos, assim utilizados de forma ampla e geral podem ser mais satisfatórios e produtivos em todos os aspectos.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Os temas podem ser divididos em quatro dimensões principais:

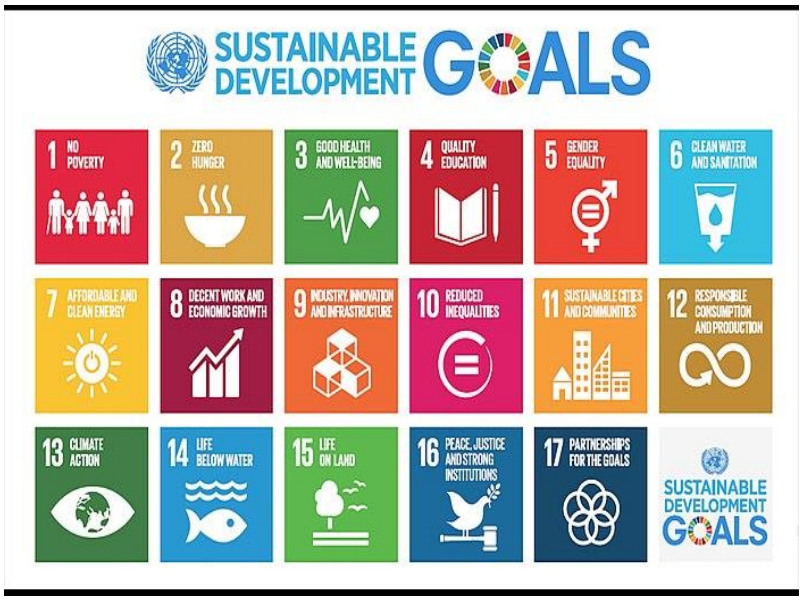
- **Social:** relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça.
- **Ambiental:** trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas.
- **Econômica:** aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, a produção de resíduos, o consumo de energia, entre outros.
- **Institucional:** diz respeito às capacidades de colocar em prática os ODS.

Os ODS foram construídos em um processo de negociação mundial, que teve início em 2013 e contou com a participação do Brasil em suas discussões e definições a respeito desta agenda. O país tendo se posicionado de forma firme em favor de contemplar a erradicação da pobreza como prioridade entre as iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

1.2 Desenvolvimento Sustentável da ONU e os 17 novos objetivos

Entre os dias 25 e 27 de setembro, mais de 150 líderes mundias estarão na sede da ONU, em Nova York, para adotar formalmente uma nova agenda de desenvolvimento sustentável. Esta agenda é formado pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030.

Conheça quais são estes novos Objetivos Globais:



- **Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares**

Globalmente, o número de pessoas vivendo em extrema pobreza diminuiu mais da metade; em 1990 eram 1,9 bilhão. Contudo, 836 milhões de pessoas ainda vivem na extrema pobreza: cerca de uma em cada cinco pessoas em regiões em desenvolvimento vive com menos de 1,25 dólar por dia.

O Sul da Ásia e a África Subsaariana são o lar da esmagadora maioria das pessoas vivendo em extrema pobreza.

Altos índices de pobreza são frequentemente encontrados em países pequenos, frágeis e afetados por conflitos.

Uma em cada quatro crianças abaixo dos cinco anos de idade no mundo possui altura inadequada para sua idade.

- **Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável**

Globalmente, a proporção de pessoas subnutridas em regiões em desenvolvimento caiu quase pela metade desde 1990, de 23,3% em 1990-1992 para 12,9% em 2014-2016. Mas, atualmente, uma em cada nove pessoas no mundo (795 milhões) ainda é subnutrida.

A vasta maioria das pessoas do mundo passando fome vive em países em desenvolvimento, onde 12,9% da população é subnutrida.

Ásia é o continente com a população que passa mais fome – dois terços do total. A porcentagem no Sul da Ásia caiu em anos recentes, mas, na Ásia Ocidental, ela aumentou levemente.

A África Subsaariana é a região com a mais alta prevalência (porcentagem da população) de fome. Lá, cerca de uma em cada quatro pessoas está subnutrida.

A má nutrição causa quase metade (45%) das mortes de crianças abaixo dos cinco anos de idade – 3,1 milhões de crianças anualmente.

Uma em cada quatro crianças do mundo sofre crescimento atrofiado. Em países em desenvolvimento, a proporção aumenta de uma para três.

66 milhões de crianças em idade escolar primária vão às aulas passando fome, sendo 23 milhões apenas na África.

A agricultura é a maior empregadora única no mundo, provendo meios de vida para 40% da população global atual. Ela é a maior fonte de renda e trabalho para famílias pobres rurais.

500 milhões de pequenas fazendas no mundo todo, a maioria ainda dependente de chuva, fornecem até 80% da comida consumida numa grande parte dos países em desenvolvimento. Investir em pequenos agricultores é um modo importante de aumentar a

segurança alimentar e a nutrição para os mais pobres, bem como a produção de alimentos para mercados locais e globais.

- **Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades**
  - **Saúde infantil**

    A cada dia, morrem 17 mil crianças a menos do que em 1990, porém mais de seis milhões de crianças ainda morrem a cada ano, antes do seu quinto aniversário.

    Desde 2000, vacinas de sarampo preveniram aproximadamente 15,6 milhões de mortes.

    Apesar do progresso global, uma crescente proporção das mortes de crianças acontece na África Subsaariana e no Sul da Ásia.

    Quatro de cada cinco mortes de crianças abaixo dos cinco anos de idade ocorrem nessas regiões.
  - **Saúde Materna**

Globalmente, a mortalidade materna caiu quase 50% desde 1990.

Na Ásia Oriental, no Norte da África e no Sul da Ásia, a mortalidade materna diminuiu cerca de dois terços. Porém, a taxa de mortalidade materna – a proporção de mães que não sobrevivem ao nascimento do filho comparada com aquelas que sobrevivem nas regiões em desenvolvimento ainda é 14 vezes mais alta do que nas regiões desenvolvidas.

Apenas metade das mulheres em regiões em desenvolvimento recebe a quantidade recomendada de assistência médica.

  - **HIV/aids**

    Em 2014, havia 13,6 milhões de pessoas com acesso à terapia antirretroviral, um aumento em relação a apenas 800 mil em 2003.

Novas infecções por HIV em 2013 foram estimadas em 2,1 milhões, o que representa 38% a menos do que em 2001.

No final de 2013, estima-se que havia 35 milhões de pessoas vivendo com HIV.

No final de 2013, 240 mil novas crianças estavam infectadas com HIV.

- **Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos**

A matrícula na educação primária em países em desenvolvimento chegou a 91%, mas 57 milhões de crianças permanecem fora da escola.

Mais da metade das crianças que não se matricularam na escola vivem na África Subsariana.

Estima-se que 50% das crianças fora da escola com idade escolar primária vivem em áreas afetadas por conflitos. Crianças das famílias mais pobres são quatro vezes mais propensas a estar fora da escola do que crianças de famílias mais ricas.

O mundo conquistou a igualdade na educação primária entre meninas e meninos, mas poucos países alcançaram essa meta em todos os níveis de educação.

Entre os jovens de 15 a 24 anos, a taxa de alfabetização melhorou globalmente, de 83% para 91% entre 1990 e 2015.

- **Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**

No Sul da Ásia, apenas 74 meninas foram matriculadas na escola primária para cada 100 meninos, em 1990. Em 2012, as taxas de matrícula foram as mesmas para meninas e para meninos.

Na África Subsaariana, Oceania e Ásia Ocidental, meninas ainda enfrentam barreiras para entrar tanto na escola primária quanto na escola secundária.

Mulheres na África do Norte ocupam menos de um a cada cinco empregos pagos em setores que não sejam a agricultura.

Em 46 países, as mulheres agora ocupam mais de 30% das cadeiras no parlamento nacional em pelo menos uma câmara.

- **Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.**

Em 2015, 91% da população global está usando uma fonte de água potável aprimorada, comparado a 76% em 1990. Contudo, 2,5 bilhões de pessoas não têm acesso a serviços de saneamento básico, como banheiros ou latrinas.

Diariamente, uma média de cinco mil crianças morre de doenças evitáveis relacionadas à água e saneamento.

A energia hidrelétrica é a fonte de energia renovável mais importante e mais amplamente usada. Em 2011, ela representava 16% do total da produção de eletricidade no mundo todo.

Aproximadamente 70% de toda água disponível é usada para irrigação.

Enchentes são a causa de 15% de todas as mortes relacionadas a desastres naturais.

- **Objetivo 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos**

1,3 bilhão de pessoas – uma em cada cinco, globalmente – ainda não têm acesso à eletricidade moderna.

3 bilhões de pessoas dependem de madeira, carvão, carvão vegetal ou dejetos animais para cozinhar e obter aquecimento.

A energia é o principal contribuinte para as mudanças climáticas, sendo responsável por cerca de 60% das emissões globais totais de gases do efeito estufa.

A energia de fontes renováveis – vento, água, solar, biomas e energia geotermal – é inexaurível e limpa. A energia renovável, atualmente, constitui 15% do conjunto global de energia.

- **Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos**

O desemprego global aumentou de 170 milhões em 2007 para cerca de 202 milhões em 2012, dentre eles, aproximadamente 75 milhões são mulheres ou homens jovens.

Aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza e a erradicação do problema só é possível por meio de empregos bem pagos e estáveis.

470 milhões de empregos são necessários mundialmente para a entrada de novas pessoas no mercado de trabalho entre 2016 e 2030.

Pequenas e médias empresas que se comprometem com o processamento industrial e com as indústrias manufatureiras são as mais decisivas para os primeiros estágios da industrialização e são geralmente as maiores geradores de emprego. São responsáveis por 90% dos negócios no mundo e contabilizam entre 50 a 60% dos empregos.

- **Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação**

Cerca de 2,6 bilhões de pessoas no mundo em desenvolvimento têm dificuldades no acesso à eletricidade.

2,5 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso à saneamento básico e quase 800 milhões de pessoas não têm acesso à água.

Entre 1 a 1,5 milhão de pessoas não têm acesso a um serviço de telefone de qualidade.

Para muitos países africanos, principalmente os de baixo rendimento, os limites na infraestrutura afetam em cerca de 40% na produtividade das empresas.

A indústria manufatureira é importante para geração de empregos, somando aproximadamente 470 milhões dos empregos no mundo em 2009 – ou cerca de 16% da força de trabalho de 2,9 bilhões. Estima-se que existiam mais meio bilhão de empregos na área em 2013.

O efeito da multiplicação de trabalhos industrializados impactou a sociedade positivamente. Cada trabalho na indústria gera 2,2 empregos em outros setores.

Em países em desenvolvimento, apenas 30% da produção agrícola passa por processamento industrial. Em países desenvolvidos, 98% é processado. Isso sugere a existência de uma grande oportunidade para negócios na área agrícola em países em desenvolvimento.

- **Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.**

Em média – e levando em consideração o tamanho das populações – a desigualdade de renda aumentou em 11% em países em desenvolvimento entre 1990 e 2010.

Uma maioria significativa de famílias – mais de 75% – estão vivendo em sociedades onde a renda é pior distribuída do que na década de 1990.

Crianças que fazem parte da camada de 20% mais pobres da população têm três vezes mais chances de morrer antes de completar seus cinco anos do que crianças mais ricas.

A proteção social foi significativamente ampliada globalmente. No entanto, pessoas com algum tipo de deficiência têm cinco vezes mais chances do que a média de ter despesas catastróficas com saúde.

Apesar do declínio na mortalidade materna na maioria dos países desenvolvidos, mulheres na área rural são três mais suscetíveis à morte no parto do que mulheres que vivem nos centros urbanos.

- **Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**

Metade da humanidade – 3,5 bilhões de pessoas – vive nas cidades atualmente. Em 2030, quase 60% da população mundial viverá em áreas urbanas.

828 milhões de pessoas vivem em favelas e o número continua aumentando.

As cidades no mundo ocupam somente 2% de espaço da Terra, mas usam 60 a 80% do consumo de energia e provocam 75% da emissão de carbono. A rápida

urbanização está exercendo pressão sobre a oferta de água potável, de esgoto, do ambiente de vida e saúde pública. Mas a alta densidade dessas cidades pode gerar ganhos de eficiência e inovação tecnológica enquanto reduzem recursos e consumo de energia.

Cidades têm potencial de dissipar a distribuição de energia ou de otimizar sua eficiência por meio da redução do consumo e adoção de sistemas energéticos verdes. Rizhao, na China, por exemplo, transformou-se em uma cidade abastecida por energia solar. Em seus distritos centrais, 99% das famílias já usam aquecedores de água com energia solar.

- **Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis**

1,3 bilhão de toneladas de comida são desperdiçadas diariamente. Se as pessoas usassem lâmpadas de baixo consumo, o mundo economizaria 120 bilhões de dólares anualmente.

A população global deve chegar a 9,6 bilhões de pessoas até 2050; o equivalente a três planetas seriam necessários para prover os recursos naturais necessários para sustentar os estilos de vida atuais.

Mais de 1 bilhão de pessoas ainda não têm acesso à água potável.

- **Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*)**

As emissões de gases de efeito estufa oriundos da atividade humana estão levando a mudanças climáticas e continuam aumentando. Elas alcançaram atualmente

seu maior nível da história. Emissões globais de dióxido de carbono aumentaram quase 50% desde 1990.

As concentrações atmosféricas de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso aumentaram a níveis sem precedentes nos últimos 800 mil anos. As concentrações de dióxido de carbono aumentaram em 40% desde os tempos pré-industriais, primeiramente por conta dos combustíveis fósseis e depois pelas emissões vindas do desmatamento do solo. O oceano absorveu cerca de 30% do dióxido de carbono antropogênico emitidos, tornando-se mais ácido.

Cada uma das últimas três décadas tem sido mais quente na superfície da Terra do que a anterior, desde 1850. No hemisfério Norte, o período entre 1983 e 2012 foi provavelmente o mais quente dos últimos 1.400 anos.

De 1880 a 2012, a temperatura média global aumentou 0,85ºC. Sem nenhuma ação, a média de temperatura mundial deve aumentar 3ºC até o final do século 21 – aumentando ainda mais em algumas áreas do mundo, incluindo nos trópicos e subtrópicos. As pessoas mais pobres e vulneráveis são as mais afetadas pelo aquecimento.

A média do nível do mar desde a metade do século 19 tem sido maior do que a média dos dois milênios anteriores. Entre 1901 e 2010, o nível global do mar aumentou 0,19 (0,17 a 0,21) metros.

De 1901 a 2010, o nível mundial do mar cresceu 19 centímetros com a expansão dos oceanos, devido ao aquecimento global e derretimento das geleiras. Desde 1979, o gelo do mar do Ártico diminuiu em cada década, com 1,07 milhões de km² de gelo perdido de dez em dez anos.

Ainda é possível limitar o aumento da temperatura global para 2ºC acima dos níveis pré-industriais, por meio de um conjunto de medidas tecnológicas e mudanças de comportamento.

Existem muitos caminhos atenuantes para alcançar a redução substancial de emissões para as próximas décadas, com chances superiores a 66%, se for limitado o aquecimento a 2ºC – a meta determinada pelos governos. No entanto, postergar até 2020 para as mitigações adicionais aumentará substancialmente os desafios tecnológicos, econômico, social e institucional associados para limitar o aquecimento no século 21 para menos de 2ºC relacionados a níveis pré-industriais.

(*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

- **Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável**

Os oceanos cobrem três-quartos da superfície da Terra, contém 97% da água do planeta e representam 99% da vida no planeta em termos de volume.

Mundialmente, o valor de mercado dos recursos marinhos e costeiros e das indústrias é de 3 trilhões de dólares por ano ou cerca de 5% do PIB (produto interno bruto) global.

Mundialmente, os níveis de captura de peixes estão próximos da capacidade de produção dos oceanos, com 80 milhões de toneladas de peixes sendo pescados.

Oceanos contêm cerca de 200 mil espécies identificadas, mas os números na verdade deve ser de milhões.

Os oceanos absorvem cerca de 30% do dióxido de carbono produzido por humanos, amortecendo os impactos do aquecimento global.

Oceanos são a maior fonte de proteína do mundo, com mais de 3 bilhões de pessoas dependendo dos oceanos como fonte primária de alimentação.

Pesca marinha direta ou indiretamente emprega mais de 200 milhões de pessoas.

Subsídios para a pesca estão contribuindo para a rápida diminuição de várias espécies de peixes e estão impedindo esforços para salvar e restaurar a pesca mundial e empregos relacionados, causando redução de 50 bilhões de dólares em pesca nos oceanos por ano.

40% dos oceanos do mundo são altamente afetados pelas atividades humanas, incluindo poluição, diminuição de pesca e perda de habitats costeiros.

- **Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade**

Treze milhões de hectares de florestas estão sendo perdidos a cada o ano.

Cerca de 1,6 bilhão de pessoas dependem das florestas para sua subsistência. Isso inclui 70 milhões de indígenas. Florestas são o lar de mais de 80% de todas as espécies de animais, plantas e insetos terrestres.

2,6 bilhões de pessoas dependem diretamente da agricultura, mas 52% da terra usada para agricultura é afetada moderada ou severamente pela degradação do solo.

Anualmente, devido à seca e desertificação, 12 milhões de hectares são perdidos (23 hectares por minuto), espaço em que 20 milhões de toneladas de grãos poderiam ter crescido.

Das 8.300 raças animais conhecidas, 8% estão extintas e 22% estão sob risco de extinção.

80% das pessoas vivendo em área rural em países em desenvolvimento dependem da medicina tradicional das plantas para ter cuidados com a saúde básica.

- **Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis**

O número de refugiados registrados junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) era de 13 milhões em meados de 2014, há cerca de um ano.

Corrupção, suborno, roubo e evasão de impostos custam cerca de 1,26 trilhão para os países em desenvolvimento por ano.

A taxa de crianças que deixam a escola primária em países em conflito alcançou 50% em 2011, o que soma 28,5 milhões de crianças.

- **Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável**

A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (OAD) levantou aproximadamente 135 bilhões de dólares em 2014.

Em 2014, 79% dos produtos de países em desenvolvimento entraram no mercado "duty- free" de países desenvolvidos.

A dívida dos países em desenvolvimento continua estável, beirando 3% do rendimento de exportação.

O número de usuários da internet na África quase dobrou nos últimos quatro anos.

Em 2015, 95% da população mundial tem cobertura de sinal de celular.

30% da juventude mundial é de nativos digitais, ativos online por pelo menos cinco anos.

A população mundial apresentou aumento do uso da internet de 6% em 2000 para 43% em 2015.

No entanto, mais de 4 bilhões de pessoas não usam Internet, e 90% delas são de países em desenvolvimento.

1.3 Cenário dos ODS no Brasil

No Brasil, foi criado o Grupo Técnico para acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com participação de diferentes órgãos do governo federal, entre eles, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que, até 2014, publicou cinco relatórios de acompanhamento dos ODM no país.

Outras duas importantes iniciativas foram o Prêmio ODM, lançado em 2004 para incentivar ações, programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento dos objetivos, e o Portal ODM, criado em 2009 com foco no acompanhamento regular da situação dos municípios brasileiros quanto às metas.

A essa agenda também se seguiram diversos eventos para debater os padrões de desenvolvimento mundiais. Entre eles, está a Conferência Rio+20, realizada em 2012 no Rio de Janeiro, que foi um novo marco para acordos internacionais sobre desenvolvimento sustentável.

De acordo com a ONU, um dos principais resultados da Rio+20 foi o acordo de estabelecer um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS. Estes foram construídos tomando os ODM como referência e convergiram para uma agenda global de desenvolvimento estabelecendo o ano de 2030 como seu horizonte.

- **No governo**

  Em outubro de 2016, o governo federal criou, por meio de decreto, a Comissão Nacional para os ODS. Com a participação de representantes dos governos municipais, estaduais e federal, bem como da sociedade civil, a Comissão desenvolverá iniciativas para garantir o cumprimento dos ODS e será formada por oito representantes da sociedade civil e oito de governos.

  No Legislativo, foi criada a Frente Parlamentar pela Agenda 2030. O comitê é formado por 210 deputados e dez senadores, que ficarão responsáveis por aprimorar as leis do país tendo em vista as metas dos ODS. O Tribunal de Contas da União também tem trabalhado, em parceria com Tribunais de Contas Estaduais, para adotar a Agenda 2030 como parâmetro para auditorias temáticas feitas pelos organismos.

- **No setor privado**

  No âmbito do setor privado, a Rede Brasil do Pacto Global, que é a 4ª maior rede do mundo, com mais de 700 signatários, promove iniciativas para o fortalecimento dos ODS nas operações das empresas. O estudo "Integração dos ODS na Estratégia Empresarial – Contribuições do Comitê Brasileiro do Pacto Global para a Agenda 2030", divulgado em abril de 2017, revelou que, das 21 organizações consultadas,

50% o já consideram os ODS como referência; 30% responderam que não, mas que já consideraram agendas globais de desenvolvimento, como, por exemplo, os

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; e 20% ainda não consideram a Agenda 2030 em suas operações, mas têm interesse em aderir ao tema.

- **Na sociedade civil e outras iniciativas**

Em junho de 2017, foi lançada a Rede ODS Universidades, que reúne instituições de ensino superior de todo o país para fortalecer o ensino, pesquisa e extensão sobre a Agenda 2030, ressaltando a estratégia de envolver a academia na implementação dos ODS.

Como estratégia para fortalecimento da sociedade civil na Agenda 2030, o Mapa das Organizações da Sociedade Civil será lançado em 2017. O objetivo é identificar, em todo o país, iniciativas que promovem o alcance da Agenda 2030 e dos ODS.

2. IMPORTANCIA DA EDS

2.1 Educação para o desenvolvimento sustentável – um instrumento fundamental para atingir os ODS

O impulso para a EDS nunca foi tão forte. Questões globais – como a mudança Climática – exigem uma mudança urgente no nosso estilo de vida e uma transformação do nosso modo de pensar e agir. Para alcançar essa mudança, precisamos de novas habilidades, valores e atitudes que levem a sociedades mais sustentáveis. Os sistemas de educação devem responder a essa necessidade premente, definindo objetivos e conteúdos de aprendizagem relevantes, introduzindo pedagogias que empoderem os educandos, e instando suas instituições a incluir princípios de sustentabilidade em suas estruturas de gestão.

A nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reflete claramente essa visão da importância de uma resposta educacional adequada. A educação é explicitamente formulada como um objetivo independente – o Objetivo de Desenvolvimento

Sustentável 4. Numerosas metas e indicadores relacionados à educação também estão contemplados nos outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A educação é tanto um objetivo em si mesmo como um meio para atingir todos os outros ODS. Não é apenas uma parte integrante do desenvolvimento sustentável, mas também um fator fundamental para a sua consecução. É por isso que a educação representa uma estratégia essencial na busca pela concretização dos ODS. Selecionar e adaptar para que se encaixem em

contextos de aprendizagem concretos, para que todos contribuam para a consecução da nossa agenda global ambiciosa e crucial.

Embarcar no caminho do desenvolvimento sustentável exigirá uma profunda ransformação na forma como pensamos e agimos. Para criar um mundo mais sustentável e engajar-se com questões relacionadas à sustentabilidade, como descrito nos ODS, os indivíduos devem se tornar agentes de mudança direcionada à sustentabilidade. Eles precisam de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que lhes permitam contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A educação, portanto, é crucial para a consecução do desenvolvimento sustentável. No entanto, nem todos os tipos de educação apoiam o desenvolvimento sustentável. A educação que promove o crescimento econômico por si só pode também levar a um aumento de padrões de consumo insustentáveis. A abordagem já bem estabelecida da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) capacita os educandos a tomar decisões informadas e adotar ações responsáveis para assegurar a integridade ambiental, a viabilidade econômica e uma sociedade justa para as gerações presentes e futuras.

A EDS visa a desenvolver competências que capacitem as pessoas a refletir sobre as próprias ações, tendo em conta seus impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais atuais e futuros, a partir de uma perspectiva local e global.

Indivíduos também devem ser empoderados para agir em situações complexas de forma sustentável, o que pode levá-los a adotar novas direções; assim como participar em processos sociopolíticos, movendo suas sociedades rumo ao desenvolvimento sustentável.

A EDS deve ser entendida como parte integrante da educação de qualidade, inerente ao conceito de aprendizagem ao longo da vida: todas as instituições de educação – desde a educação pré-escolar até a educação superior e a educação não formal e informal – podem e devem considerar como sua responsabilidade trabalhar intensamente com questões de desenvolvimento sustentável e promover o desenvolvimento de competências de sustentabilidade. A EDS oferece uma educação que importa e que é verdadeiramente relevante para todos os educandos, à luz dos desafios atuais.

A EDS é uma educação holística e transformadora que aborda conteúdos e resultados de aprendizagem, pedagogia e ambiente de aprendizagem. Assim, a EDS não se limita a integrar, no currículo, conteúdos como mudança climática, pobreza e consumo sustentável; ela também cria contextos de ensino e aprendizagem interativos e centrados no educando. A EDS exige uma mudança de foco do ensino para a aprendizagem. Ela requer uma pedagogia

transformadora orientada para a ação, que apoie a autoaprendizagem, a participação e a colaboração; uma orientação para a solução de problemas; inter e transdisciplinaridade; e a conexão entre aprendizagem formal e informal. Apenas essas abordagens pedagógicas tornam possível o desenvolvimento das principais competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável.

O reconhecimento internacional da EDS como um fator essencial para o desenvolvimento sustentável vem crescendo de forma constante. A importância da EDS foi reconhecida nas três cúpulas influentes de desenvolvimento sustentável global: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (UN Conference on Environment and Development – UNCED), no Rio de Janeiro; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 (World Summit on Sustainable Development – WSSD), em Johanesburgo, África do Sul; e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (UM Conference on Sustainable Development – UNCSD), também no Rio de Janeiro, Brasil. A EDS também é reconhecida em outros acordos globais importantes, como o Acordo de Paris (Artigo 12).

A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) (DEDS) visava a integrar os princípios e as práticas do desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e da aprendizagem. Ela também teve como objetivo incentivar mudanças de conhecimentos, valores e atitudes com a visão de viabilizar uma sociedade mais sustentável e justa para todos. O Programa de Ação Global (Global Action Programme – GAP) em EDS, aprovado pela 37ª Conferência Geral da UNESCO (novembro de 2013), reconhecido pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/69/211 e lançado em 12 de novembro de 2014 na Conferência Mundial da UNESCO sobre EDS em Aichi-Nagoya, Japão, busca ampliar a EDS, com base na DEDS.

A EDS é explicitamente reconhecida nos ODS como parte da meta 4.7 do ODS sobre educação, em conjunto com a educação para a cidadania global (ECG), que a UNESCO promove como uma abordagem complementar. Ao mesmo tempo, é importante destacar a importância crucial da EDS para todos os outros 16 ODS. Com o seu objetivo geral de desenvolver competências de sustentabilidade transversais nos educandos, a EDS oferece um apoio essencial a todos os esforços para atingir os ODS, permitindo que indivíduos contribuam para o desenvolvimento sustentável por meio da promoção da mudança social, econômica e política, bem como pela transformação do próprio comportamento. A EDS pode produzir resultados específicos de aprendizagem cognitiva, socioemocional e comportamental que

permitem aos indivíduos lidar com os desafios específicos de cada ODS, facilitando, assim, a sua consecução. Em suma, a EDS permite que todos os indivíduos contribuam para o alcance dos ODS ao equipá-los com o conhecimento e as competências de que necessitam, não apenas para entender o sentido dos ODS, mas para participar como cidadãos informados para promover a transformação necessária.

2.2 Implementação da aprendizagem para os ODS por meio da EDS

A EDS ajuda a desenvolver os resultados da aprendizagem cognitiva, socioemocional e comportamental apresentados anteriormente, bem como as principais competências transversais da sustentabilidade necessárias para alcançar todos os ODS.

A abordagem segue a ideia geral de integrar a EDS aos sistemas de educação recomendada no indicador global para a Meta 4.7: "Até que ponto (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a igualdade de gênero e os direitos humanos, têm sido integradas em todos os níveis de: (a) políticas nacionais de educação, (b) currículo, (c) educação de professores e (d) avaliação dos estudantes" (IAEG-SDGs, 2016, p. 7). Primeiro, o texto descreve o papel da política e aponta questões cruciais para o sucesso da implementação de políticas, estratégias e programas de promoção da EDS. Em segundo lugar, discute a relevância e o estado da arte na integração da EDS aos currículos. Em terceiro lugar, são examinadas a relevância da formação de professores e as oportunidades para facilitar a EDS. Em quarto lugar, a abordagem da instituição como um todo e pedagogias transformadoras orientadas para a ação são apresentadas como fatores essenciais para a implementação da EDS na sala de aula e em outros contextos de aprendizagem. Finalmente, é discutida a questão de como avaliar os resultados da aprendizagem e a qualidade dos programas no contexto da EDS.

2.3 Integração da EDS em políticas, estratégias e programas

As políticas são um fator-chave para a integração da EDS em todos os contextos formais, não formais e informais de aprendizagem. Precisamos de políticas relevantes e coerentes para

facilitar uma mudança nos sistemas de ensino. Em todo o mundo, os ministérios da Educação têm uma responsabilidade importante de garantir que os sistemas educacionais estejam preparados e consigam responder aos desafios de sustentabilidade existentes e emergentes. Isso inclui, entre outras ações, integrar a EDS em currículos e normas nacionais de qualidade e

desenvolver marcos de indicadores relevantes que estabeleçam normas para os resultados de aprendizagem.

O monitoramento e a avaliação da DEDS revelaram avanços consideráveis na integração da EDS nas políticas de educação (ver o Quadro 2.1.1). O processo de reorientação das políticas de educação para o desenvolvimento sustentável está em curso em muitos países (ver o Quadro 2.1.2 para dois exemplos), embora o progresso ainda seja desigual (UNESCO, 2014a).

Nesse contexto, a Área de Ação Prioritária 1 do Programa de Ação Global (Global Action rogramme – GAP) da UNESCO sobre EDS consiste em "Avançar com as políticas: integração da EDS nas políticas de educação e de desenvolvimento sustentável para criar um ambiente propício para a EDS e provocar uma mudança sistêmica" (UNESCO, 2014b). Para iniciar tal mudança, políticas pertinentes e coerentes formuladas pelos ministérios em cooperação com o setor privado, comunidades locais, acadêmicos e sociedade civil são cruciais. Os esforços existentes para desenvolver políticas de EDS com base em abordagens inter-setoriais envolvendo múltiplos atores precisam ser mais coordenados e reforçados. A EDS deve ser "integrada nos marcos de políticas, planos, estratégias, programas e processos de nível subnacional, nacional, sub-regional, regional e internacional relacionados com a educação e o desenvolvimento sustentável" (UNESCO, 2014b, p. 17).

Ao capacitar os educandos para viver e atuar em um mundo em mudança, a EDS aumenta a qualidade do ensino e da aprendizagem. Portanto, a política de educação precisa ver a EDS como uma importante contribuição para a qualidade da educação e, consequentemente, as medidas de qualidade dos sistemas nacionais de educação devem incluir a EDS. Políticas nacionais e internacionais que lidam com as dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento sustentável, que vão desde estratégias de redução da pobreza e planos de gestão de desastres até estratégias de desenvolvimento de baixo carbono, devem incluir a EDS como um meio de implementação. A EDS também deve ser incluída sistematicamente nos marcos de cooperação bilateral e multilateral para o desenvolvimento (UNESCO, 2014b). Alguns problemas podem ser identificados como cruciais para o sucesso da implementação e políticas de promoção da EDS (ver o Quadro 2.1.3).

Quadro 2.1.1 Progresso nas políticas para a EDS

Uma série de políticas de vários governos, em países do Sul e do Norte Global, visam a promover a integração da EDS e/ou conceitos educacionais relacionados, como a educação para o desenvolvimento, a educação para a paz, a educação para a cidadania global, a educação em direitos humanos e a educação ambiental, na aprendizagem formal e não formal.

A EDS tornou-se uma parte importante do discurso global sobre políticas.

A EDS é cada vez mais parte das políticas locais, nacionais e globais voltadas para questões de desenvolvimento sustentável (por exemplo, mudança climática).

Políticas de desenvolvimento sustentável e educação estão se tornando cada vez mais alinhadas.

Fonte: UNESCO, 2014a.

Quadro 2.1.2 Exemplos nacionais de boas práticas de integração da EDS nas políticas

Costa Rica – perfil de sucesso na integração da EDS em políticas de desenvolvimento sustentável

"Em 2006, a Costa Rica aprovou o Compromisso Nacional com a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, concordando em considerar a educação como um aspecto indispensável para gerar uma mudança cultural para o desenvolvimento sustentável, e promover a integração da educação ambiental em matérias transdisciplinares. Um estudo conduzido por Tsuneki e Shaw sobre o impacto da política mais recente, a C-neutral 2021, que visa a tornar a Costa Rica o primeiro país neutro em carbono, conclui que a iniciativa C-neutral 2021 tem sido 'uma base fundamental para o setor educacional da Costa Rica, promovendo uma atualização da abordagem da política de educação ambiental já existente para as recentes EDS e educação para a mudança climática (EMC)' (TSUNEKI; SHAW, a ser publicado, p. 1). O mais recente instrumento de política nacional abrangente sobre mudança climática, a Estratégia Nacional sobre Mudança Climática (*Estrategia Nacional de Cambio Climático*), inclui capacitação e conscientização pública, educação e mudança cultural, com o objetivo de aumentar o conhecimento ambiental. O exemplo da Costa Rica mostra como as políticas de desenvolvimento sustentável que incluem a EDS podem ajudar a reforçar e impulsionar mudanças nos sistemas de educação".

Quênia – perfil de sucesso na integração da EDS a políticas educacionais

"A estratégia de implementação da EDS do Quênia, adotada em 2008, reconhece que, a fim de ter 'uma educação e formação de qualidade para o desenvolvimento', a educação deve promover o desenvolvimento de indivíduos produtivos e socialmente responsáveis. Essa estratégia de EDS tinha por objetivo promover o ensino e a aprendizagem que incentiva valores, comportamento e estilos de vida apropriados para a boa governança e a sustentabilidade, entre outros focos. Mais recentemente, em 2012, o Quênia formulou um Marco Nacional de Políticas de EDS em 2012 por meio do Instituto Queniano de Desenvolvimento Curricular, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável por meio de materiais transformadores de apoio curricular. A EDS também foi incluída no programa nacional do setor de Educação a ser implementado ao longo de cinco anos (2013-2018), e é refletida na Visão 2030, o roteiro do Quênia para a realização do desenvolvimento sustentável, mostrando a importância do alinhamento com os objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável".

Fonte: UNESCO, 2014a, p. 50, 52.

Ativ
Acess
ativa

Quadro 2.1.3 Questões cruciais para o sucesso da implementação de políticas que promovem a EDS

A coerência política plena entre o setor da educação e o setor do desenvolvimento sustentável precisa ser garantida. O alinhamento das metas e das estratégias locais e nacionais de desenvolvimento sustentável com a política de educação pode promover o redirecionamento dos sistemas de educação para o desenvolvimento sustentável. A EDS deve ser integrada de forma coerente em todas as políticas setoriais ou subsetoriais relevantes.

Não há uma versão de EDS que sirva a todos. Realidades políticas e socioculturais e desafios ambientais e ecológicos específicos tornam essencial a contextualização da EDS. É por isso que precisamos de interpretações relevantes da EDS e de formas relacionadas de educação em nível local e nacional.

A liderança política é crucial para a EDS. Já foi comprovado que organismos e mecanismos de coordenação apoiam a integração da EDS nos sistemas educacionais. Portanto, as políticas devem criar tais estruturas em diferentes níveis. Além disso, os governos deverão estabelecer metas para a EDS.

A EDS é promovida não apenas por organizações governamentais formais, mas também, em grande medida, por ONGs, que muitas vezes trabalham em contextos de aprendizagem não formal e informal. As políticas internacionais, nacionais e locais devem apoiar as ONGs no sentido de facilitar essas atividades, fornecendo financiamento, mas também com a criação de redes e incentivos a processos de aprendizagem social.

Fonte: UNESCO, 2014a.

2.4. Abordagem da instituição como um todo

A EDS não se limita ao ensino do desenvolvimento sustentável e à adição de novo conteúdo a cursos e treinamentos. Escolas e universidades devem se ver como lugares de aprendizagem e experiência para o desenvolvimento sustentável e devem, portanto, orientar todos os seus processos para os princípios da sustentabilidade. Para que a EDS seja mais eficaz, a instituição educacional como um todo precisa ser transformada. Tal abordagem visa à integração da sustentabilidade em todos os aspectos da instituição de educação. Isso envolve repensar o currículo, as operações do campus, a cultura organizacional, a participação dos educandos, a liderança e gestão, as relações comunitárias e a pesquisa (UNESCO, 2014a).

Dessa forma, a própria instituição funciona como um modelo para os educandos. Ambientes de aprendizagem sustentáveis, como a "ecoescola" ou o campus "verde", permitem que educadores e educandos integrem os princípios da sustentabilidade em suas práticas diárias e facilitam a capacitação, o
desenvolvimento de competências e a valorização da educação de forma abrangente.

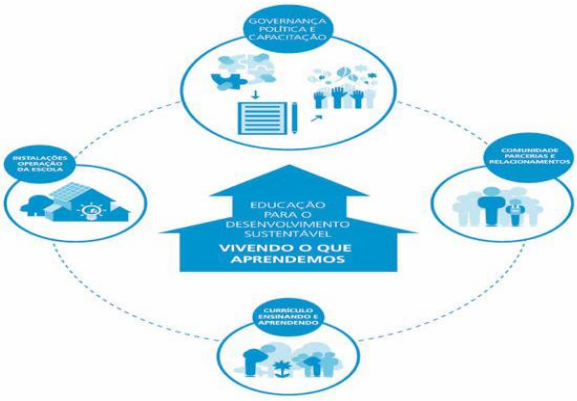


Figura 1. A abordagem da instituição como um todo
Fonte: UNESCO, 2014a, p. 89

A EDS visa a empoderar e motivar os educandos a se tornarem cidadãos ativos da sustentabilidade, capazes de pensamento crítico e capazes de participar da formação de um futuro sustentável. As abordagens pedagógicas adequadas para esse objetivo são centradas no educando, orientadas para a ação e transformadoras. As abordagens pedagógicas representam o caráter geral ou os princípios orientadores da elaboração dos processos de aprendizagem em EDS. Métodos específicos alinhados com esses princípios são necessários para facilitar o processo de aprendizagem. Na EDS, são favorecidos métodos que promovem competências por meio da aprendizagem ativa.

Esses métodos participativos de ensino e aprendizagem capacitam os educandos a tomarem medidas para o desenvolvimento sustentável. Quando métodos de ensino e aprendizagem são escolhidos para um contexto específico, eles precisam corresponder às necessidades do grupo de educandos (por exemplo, com base em idade, conhecimento prévio, interesses, habilidades); ao contexto em que a aprendizagem ocorre (por exemplo, o espaço no currículo, clima pedagógico, tradições culturais); e aos recursos e ao apoio disponíveis (por exemplo, competências dos professores, material pedagógico, tecnologia, dinheiro).

Para criar contextos de aprendizagem diversos e transversais e formular marcos holísticos e abrangentes dos ODS, as instituições de educação e os educadores devem promover parcerias em nível local, nacional e internacional. É importante reconhecer que as respostas adequadas aos desafios da sustentabilidade não podem ser limitadas a uma única perspectiva, disciplina ou forma de conhecimento. Parcerias que envolvam uma série de atores sociais, como empresas, ONGs, instituições públicas, formuladores de políticas e/ou indivíduos, facilitam novas possibilidades de aprendizagem e tornam-se uma fonte de criatividade e inovação. Em um diálogo ou um projeto que inclui cooperação com um parceiro na prática, os educandos podem aprender sobre os desafios do mundo real e beneficiar-se dos conhecimentos e das experiências dos parceiros. Ao mesmo tempo, os parceiros também podem ser empoderados e sua capacidade como agentes críticos da mudança pode ser aumentada. Parcerias entre educandos de todo o mundo promovem o intercâmbio de diferentes perspectivas e conhecimentos sobre os mesmos temas. Por exemplo, cursos virtuais podem proporcionar um ambiente para a prática de um diálogo global e promover respeito e compreensão mútuos.

3. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

3.1 Como as grandes organizações estão se moldando a este conceito

O tema sustentabilidade vem se tornando comum a cada dia e saber aplicar este conceito será muito importante. Este estudo visa mostrar algumas práticas sustentáveis que o mercado está aderindo. Para isso, mostraremos algumas medidas adotadas e seus respectivos resultados, podendo assim, melhor analisar como algumas grandes organizações estão se moldando a este contexto. Identificar as práticas acolhidas e mostrar o benefício que tais decisões trouxeram, será o principal objetivo desse estudo.

Empresas são como células vivas, necessitam crescer, evoluir e explorar seu potencial ao máximo para que se possa atingir com êxito a sua missão. Para que esta seja concluída com sucesso, as empresas enfrentam grandes desafios e dificuldades para se firmarem no mercado, entre elas, as documentações e as licenças cabíveis que são necessárias para a mesma operar, além de, ser capaz de entender o seu público e se moldar de acordo com suas necessidades. Para isso é essencial que se tenha muita criatividade, inovação, capacidade além de uma equipe bastante motivada.

O quebra-cabeça para essas organizações é saber como incorporar esse contexto a suas necessidades. A muito tempo foi dito que "sustentabilidade custa caro e que é apenas para grandes empresas" mas quando essa ideia desmoronou e viu-se que isso não passara de uma teoria arcaica, as micro e pequenas empresas que estavam perdendo espeço no mercado logo deram a volta por cima e daí pra frente começaram a aparecer e a espalhar-se novos projetos empresariais.

Segundo a ONU, apesar das inúmeras publicações e ações realizadas, a maior parte das organizações não tem conseguido se enquadrar a este contexto e ainda agem de maneira desastrosa quando se trata de sustentabilidade. Delci Fatima publicou em seu artigo elementos que podem ser substituídos por algumas matérias primas na hora da fabricação de certos produtos. Entretanto, esses reservas também tem um fim próximo e quando este chegar teoricamente tudo vai voltar ao que era antes.

Neste estudo as decisões que estão revolucionando este quesito e que podem ser adotadas por grandes e pequenas empresas irão ser mostradas além dos resultados que essas mesmas estão trazendo para estas organizações, podendo-se ser reutilizadas para grandes, pequenas e micro empresas que desde já querem ser referencias quando o assunto é sustentabilidade.

3.2. Metodologia de pesquisa

O método de estudo utilizado é a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, constituído de livros, artigos e outros.

O Campo de estudo são algumas organizações que antes, poluíam ou degradavam o meio ambiente sem quais quer forma de preservação e que agora, passaram a adotar uma política sustentável visando proteger o meio ambiente e se relacionar melhor com o seu público alvo.

Levantamento de organizações que não adotavam uma política sustentável – Este que será o primeiro passo, será mostrado as empresas que não adotavam nenhuma política se tratando de sustentabilidade e que imagem estas passavam para o seu respectivo público.

Medidas adotadas e seus resultados – Aqui, será apresentado as medidas que cada empresa adotou, e os benefícios que esta a trouxe. Claro que, como se trata de organizações de diferentes mercados, cada empresa irá acolher as medidas que melhor lhe cabe.

Impacto estas medidas tiveram internamente – Como os colaboradores se sentem ao saber que a organização a qual fazem parte está desempenhando um papel importante para ajudar a preservar o meio em que trabalham e vivem.

Impacto que estas medidas tiveram externamente – O que mudou externamente, como o público passou a ver a marca depois destas mudanças, será abordado neste que último passo.

3.3. Organizações Estudadas

Será mostrado aqui, algumas grandes organizações que de alguma forma, seja ela direta ou indiretamente estão ligadas a poluição do meio ambiente.

- **Coca-Cola –** Bem, como já se sabe, desde a sua fundação até os dias atuais esta organização já esteve no centro de inúmeros casos quando se tratava de impactos ambientais. O mais recente foi o fechamento de sua fábrica devido a uma série de protestos realizados por agricultores, esta localizada na província de Uttar Pradesh, teve de ser interditada pois além de, uma alta taxa gases poluentes emitidos na atmosfera, também era acusada de promover uma grande extração de águas subterrâneas, muito acima dos limites legais, esta que era usada para o engarrafamento de seus produtos. Além disso, as pets utilizadas em seus produtos são as mais encontradas espalhadas em rios e mares.
- **Apple –** O apetite pela tecnologia que os seres humanos adquiriram parece até não ter fim. Para a fabricação de eletrônicos é preciso 30 diferentes tipos de metais, entre os mais importantes estão o ouro, cobre e cobalto. Além de a extração muitas vezes

acontecer de forma desordenada a fabricação não fica por menos e a Apple, que hoje é referência em tecnologia também já foi referência em poluição.

3.3.1 Medidas Adotadas Pelas Organizações

- **Coca-Cola –** Além de um declínio de suas vendas em toda Índia, coisa até então inédita naquele país, a Coca-Cola mais uma vez saiu como vilã no mundo todo depois de receber acusações de várias organizações que se dedicam a defender o meio ambiente. Para mudar esta imagem a mesma já a algum tempo vem tomando uma série de ações sustentáveis no mundo todo.

Na Índia foi reformulado todo o projeto de sua fábrica, em suas chaminés que antes emitiam uma grande quantidade de gases poluentes responsáveis por inúmeras doenças, hoje, foram reduzidos consideravelmente graças aos filtros instalados.

A água que era extraída de forma desordenada dos lençóis freáticos, causando grande prejuízo aos agricultores hoje é filtrada e reutilizada várias vezes antes de seu descarte.

Com relação aos pets, a Coca-Cola encabeça a lista de organizações que tomam alguma atitude quando o assunto é reciclar. Ações são adotadas em todo mundo e mutirões são organizados para que de tempos em tempos esses pets sejam recolhidos das ruas, rios e oceanos, voltando a fazer parte do processo de produção.

- **Apple –** A não muito tempo atrás a organização focou muito na sua produção sem voltar os olhos para essa política sustentável. As principais matérias primas utilizadas na fabricação de seus produtos derivam de garimpos espalhados pela África.

A iniciativa de gerar cooperativas nas comunidades onde estes garimpos ficavam próximos não demorou muito para ser acolhidas. Materiais apropriados começaram a ser utilizados nos garimpos, as crianças que antes trabalhavam junto com seus pais na extração de metais, hoje frequentam as escolas que as cooperativas ajudaram a criar, as áreas não mais utilizadas pelos garimpeiros entram em um processo reflorestamento e não mais são esquecidas.

Na linha de produção, 100% de suas fabricas e centros de pesquisas localizados nos Estados Unidos usam energias renováveis.

A água utilizada na fabricação de alguns componentes passou a ser reutilizada, materiais nocivos a saúde e ao meio ambiente foram substituídos resultando em produtos mais limpos.

Na fase de uso é medida a energia consumida pelos seus produtos afim de simular a realidade para que possa a vir criar um produto que dure mais e que consuma menos energia.

3.3.2 No Ambiente Interno das Empresas

- **Coca-Cola –** Para seus colaboradores, ver que a empresa a qual fazem parte se preocupa e além disso, age para que o meio ambiente se torne cada vez melhor é algo extraordinário. Em entrevistas e pesquisas realizadas pela Coca-Cola, os colaboradores que fazem parte das ações e mutirões realizados pela empresa se sentem extremamente bem e feliz ao saber que, estão colaborando para um mundo melhor.
- **Apple –** Os colaboradores da Apple não se sentem menos realizados, ver que a empresa a qual fazem parte não é só mais uma no mundo porém mais uma que ajuda a preservar o mundo é algo bastante satisfatório para eles. "Ver que em cada processo de fabricação se nota uma tamanha preocupação com o meio ambiente é algo que dar muito prazer em fazer e mesmo com tudo isso sempre fica a sensação de que se pode fazer mais, ajudar mais..." – Kelly Albert (téc. Meio ambiente).

3.3.3 Visto de Fora

Nos dias atuais expor para o seu público as medidas adotadas para ajudar a preservar o meio ambiente não é só a coisa certa a se fazer mas sim mais uma forma de gerar renda para a organização. Não é apenas modismo as pessoas realmente estão interessadas em saber as empresas que contribuem ou não para a preservação do meio em que vivem.

Passando uma imagem de quem visa crescer e que para isso, também deve-se buscar maneiras de ajudar a melhorar a sociedade. A Coca-Cola busca fazer a diferença nas vidas das pessoas, formando comunidades fortes por meio de parcerias e cuidando da natureza, gerando assim, valores para os consumidores quanto para o seu negócio.

Mostrando que sempre teve como objetivo desenvolver equipamentos intuitivos, que buscam cada vez mais preservar o meio ambiente, de alta qualidade, com design moderno e que, além de atender as necessidades das pessoas, despertasse uma nova filosofia de vida em seus usuários, a Apple é referência pois revolucionou o mercado dos smartphones, e o reflexo disso é que a mesma no fim de 2013, encabeçou a lista das 10 marcas mais valiosas do mundo.

CAPÍTULO 4. IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES

4.1. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar às mulheres

Desde pequenos somos induzidos a diferenciar homens e mulheres por meio de estereótipos antagônicos propagados na sociedade, como meninos devem brincar de carrinho e

usar azul, enquanto meninas são estimuladas a brincarem de boneca e a vestirem rosa. Com o passar do tempo, estes estereótipos são levados a outro nível e afetam tanto o lado pessoal, quanto o profissional entre os indivíduos.

A questão de gênero está arraigada na nossa sociedade, que exalta as características masculinas em detrimento das femininas. Desta forma, foi construída uma relação de poder e hierarquia em que o homem está topo e a mulher está abaixo, estabelecendo a desigualdade entre os gêneros.

Apesar de estarmos em pleno século 21, as mulheres ainda recebem um salário inferior do que ao do homem que ocupa o mesmo cargo. Em alguns países, a mulher não tem o direito de se expressar, de votar, usar a roupa que deseja e, até mesmo, escolher com quem vai se casar.

Uma pesquisa, realizada pelo Instituto Data Popular e o Instituto Avon no Brasil em 2014, constatou que as mulheres ainda são criticadas por "ficarem" com muitos homens, 30% dos homens entrevistados disseram que uma mulher que usa saia curta e decote está se oferecendo. Três em cada dez garotas afirmaram que sofreram assédio físico em transporte público.

Neste sentido, uma das prioridades para construirmos uma sociedade justa, sustentável e em que sejam assegurados os direitos para melhores condições de vida é acabar com a desigualdade de gênero. Para isso, a ONU traçou as seguintes metas:

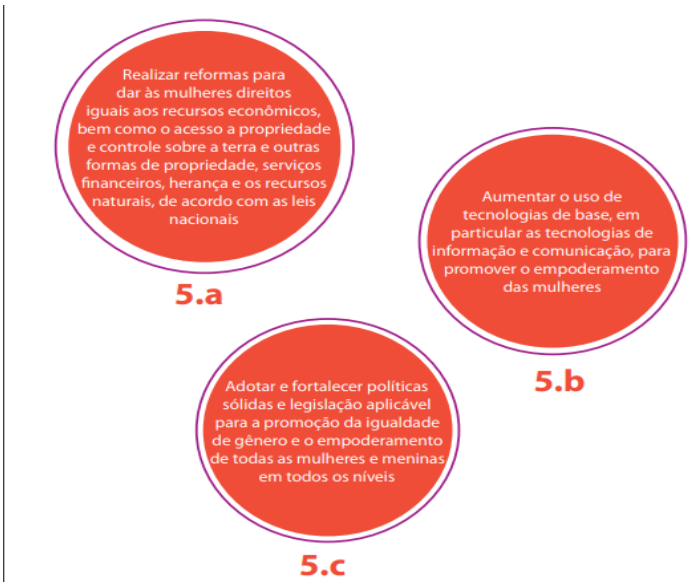
eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

4.2 Metas do ODS para meios de implementação dos mesmos



Garantir igualdade de gênero no acesso à propriedade e no controle sobre recursos é uma meta referente aos meios de implementação do ODS 5. Este conceito é composto por três dimensões: recursos, acesso e controle. O primeiro, recursos, refere-se a meios e bens, incluindo econômicos (renda familiar) ou meios produtivos (terra, equipamentos, ferramentas, trabalho, crédito); meios políticos (capacidade de liderança, informação e organização); e tempo. Acesso e controle têm significados ligeiramente diferentes. O acesso refere-se à capacidade de usar e se beneficiar de recursos específicos (materiais, financeiros, humanos, sociais, políticos, etc.), enquanto o controle sobre os recursos também implica ser capaz de tomar decisões sobre o uso deles. Por exemplo, o controle das mulheres sobre a terra significa que elas podem acessar a terra (usá-la), ter a terra (poder ser as detentoras legais do título), e tomar decisões sobre a venda ou aluguel da terra. Acesso e controle sobre os recursos é um elemento-chave do empoderamento das mulheres e, por extensão, do alcance da igualdade de gênero.1 As mulheres continuam a ter, sistematicamente, menos acesso e controle sobre uma série de recursos produtivos. Tais disparidades, seja na educação ou em outros recursos produtivos, prejudicam as mulheres em sua capacidade de participar no desenvolvimento e contribuir para níveis de vida mais elevados para as suas famílias. Historicamente, construiu-se um padrão social fundamentado no patriarcado que naturalizou o doméstico como o lugar da mulher e o público como o do homem. Apesar de o trabalho doméstico e de cuidados geralmente realizado pelas mulheres fornecer a sustentação necessária para o funcionamento da cadeia produtiva de trabalho, ele é sistematicamente, e em várias perspectivas, invisível aos olhos da economia.

Esse fator impossibilita, muitas vezes, as mulheres de acessarem e terem controle sobre os recursos de forma igualitária em relação aos homens. Considerando a interseccionalidade, as expressões de discriminação múltipla ou agravada e as perspectivas étnico-raciais que imprimem oportunidades mais desiguais para grupos historicamente em situação de maior vulnerabilidade social, é fundamental considerar que acessar e controlar os recursos naturais, incluindo água, flora e fauna, é particularmente importante para as mulheres do campo e da floresta, mulheres indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais.

4.3 Casamento infantil ou precoce

Também conhecido como casamento na infância ou na adolescência. O casamento infantil é reconhecido internacionalmente como uma violação de direitos humanos e ocorre quando um ou dois nubentes são menores de 18 anos. Casamento de crianças é uma violação do Artigo 16(2) da Declaração Universal de Direitos Humanos, que estabelece que o "Casamento deve ser celebrado apenas com o livre consentimento dos nubentes". Casamento de crianças pode ser considerado uma forma de casamento forçado, pois crianças são incapazes de expressar consentimento de forma informada. O Artigo 16 da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) estabelece que as mulheres devem ter os mesmos direitos que os homens para "livremente escolher um esposo e celebrar casamento apenas com o livre consentimento" e que "o noivado e o casamento de uma criança não possuem quaisquer efeitos legais". Também é considerado casamento precoce quando ambos nubentes possuem 18 anos ou mais mas, em decorrência de outros fatores, tais como seu desenvolvimento físico e emocional ou falta de informação sobre suas opções de vida, não estão prontos para consentir com o casamento. No Brasil, é possível se casar sem autorização dos pais a partir dos 18 anos. Entretanto, os adolescentes a partir de 16 anos podem casar desde que com autorização dos pais ou representantes legais. A lei admite excepcionalmente o casamento antes dos 16 anos no caso de gravidez. Em números absolutos, o Brasil é o quarto país em número de casamento infantil e adolescentes.2 Se comparado a outros contextos em que o casamento infantil ocorre, no Brasil, assim como nos outros países da América Latina, as crianças tendem a casar com menos frequência nos primeiros anos da infância, e mais frequentemente a partir dos 12 anos, ou seja, durante na adolescência. De acordo com o Censo 2010, pelo menos 88 mil meninos e meninas com idades de 10 a 14 anos estavam casados; de 15 a 17 anos, eram 567 mil. Vale ressaltar que o casamento infantil e precoce é mais frequente entre meninas, muitas vezes com homens adultos. Muitos dos

casamentos que envolvem menores são marcados pela informalidade. Frequentemente, tratam-se de uniões informais e situações de coabitação. O caráter do casamento precoce no Brasil também é marcado pela pobreza e pela violência doméstica. As cinco principais razões do casamento infantil e precoce no Brasil são: gravidez involuntária; controle dos pais sobre a sexualidade das filhas, com a ideia de que, "se começou a ter relação sexual, é melhor casar logo"; pobreza da família e necessidade de um provedor financeiro; falta de perspectiva de vida das jovens, sem interesse especial pela escola e sem futuro profissional, o que amplia a vontade de sair da casa dos pais; e desejo expresso dos maridos de se casarem com garotas mais jovens e mais "obedientes" a eles.

4.4 Casamento forçados

Casamento forçado é aquele que ocorre sem o pleno consentimento livre ou válido de um ou ambos nubentes e/ou no qual uma ou ambas partes é impossibilitada de dar fim ou deixar o casamento, incluindo como resultado de coação física ou emocional, incluindo intensa pressão social e familiar. Casamentos forçados são graves violações dos direitos humanos. A desigualdade de gênero que resulta na restrição da autonomia de mulheres e meninas de decidirem sobre suas próprias vidas e, em certos contextos, a serem inclusive consideradas como bens, é uma das principais causas dos casamentos forçados, o que também vale para os casamentos na infância ou na adolescência. Tratadas de forma discriminatória, essas mulheres e meninas são impossibilitadas de tomar decisões sobre com quem e quando casar.

4.5 Direitos reprodutivos

Em âmbito internacional, os direitos reprodutivos foram sistematizados pela primeira vez no documento marco da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD), realizada no Cairo, no Egito, em setembro de 1994. Segundo o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, os direitos reprodutivos baseiam-se no reconhecido direito básico de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento de seus filhos e de ter informação, educação e meios para controlar esses fatores, bem como o direito de gozar do mais alto padrão de saúde sexual e reprodutiva. Incluem também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência. A promoção do exercício responsável e livre desses direitos por todo indivíduo deve ser a base fundamental de políticas e programas de governos e da comunidade na área da saúde reprodutiva, inclusive o planejamento

reprodutivo. Para que eles sejam alcançados, toda atenção deve ser dispensada à promoção de relações de gênero respeitosas e equitativas, particularmente, à satisfação de necessidades educacionais e de serviço de adolescentes para capacitá-los a tratar sua sexualidade de uma maneira positiva. Desta forma, a agenda de promoção dos direitos reprodutivos prioriza a satisfação da necessidade de informações adequadas sobre a sexualidade humana e de acesso a serviços de saúde reprodutiva de qualidade e não-discriminatórios; a eliminação de práticas sociais discriminatórias; a erradicação de atitudes negativas com relação às mulheres e às jovens; a promoção da autonomia de mulheres e meninas sobre suas próprias vidas sexuais e reprodutivas; o acesso de adolescentes a informação e serviços amigáveis que contribuam para eliminar a situação de vulnerabilidade a que estão propensos. Princípios e diretrizes para promoção dos direitos reprodutivos da América Latina e do Caribe foram reafirmados e atualizados pelo Consenso de Montevideo sobre População e Desenvolvimento, aprovado no âmbito da Primeira Reunião da Conferência Regional sobre Casamentos forçados Direitos reprodutivos População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, que ocorreu em agosto de 2013.

4.6 Empoderamento das mulheres

O empoderamento das mulheres – um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação de Pequim – consiste em realçar a importância de que as mulheres adquiram o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-las nesse processo, de forma a lhes garantir a possibilidade de realizarem todo o seu potencial na sociedade, e a construírem suas vidas de acordo com suas próprias aspirações. O empoderamento inclui para as mulheres o direito à liberdade de consciência, religião e crença; sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder; o reconhecimento explícito e a reafirmação do direito de todas as mulheres a acessarem e de controlarem todos os aspectos de sua saúde; o acesso das mulheres, em condições de igualdade, aos recursos econômicos, incluindo terra, crédito, ciência e tecnologia, treinamento vocacional, informação, comunicação e mercados; a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas; e o direito à educação e formação profissional e acesso às mesmas. Para fomentar o empoderamento das mulheres é essencial elaborar, implementar e monitorar a plena participação das mulheres em políticas e programas eficientes e eficazes de reforço mútuo com a perspectiva de gênero, inclusive políticas e programas de desenvolvimento em todos os níveis.

4.7 Exploração sexual e de outros tipos

A prática da exploração consiste no uso de outra pessoa em benefício próprio, de forma a tirar vantagem ou benefício, inclusive financeiro, mas não exclusivamente, por meios antiéticos ou injustos, induzimento ou coerção, incluindo para fins sexuais. A ONU define a exploração sexual como "qualquer abuso real ou tentado da posição de vulnerabilidade, poder diferencial, ou confiança, para fins sexuais, incluindo, mas não limitado a benefício monetário, social ou político pela exploração sexual de outro".11 É considerada exploração sexual de crianças o induzimento, coerção e encorajamento a praticar qualquer atividade sexual, o uso de criança na prostituição ou outras práticas sexuais, e o uso de crianças em atividades de pornografia. Crianças podem ficar vulneráveis à exploração em razão da pobreza, abuso ou negligência. A idade da criança pode aumentar sua vulnerabilidade à exploração sexual.

4.8 Formas de discriminação contra mulher

Discriminação contra a mulher significa toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil, bem como em qualquer outro campo.

Segundo a Convenção da ONU sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, violência contra as mulheres significa qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada. No Brasil, a Lei Maria da Penha (lei nº 11.340, de 2006), define violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, ganham novos contornos quando consideradas as interseccionalidades de gênero e raça/etnia e os efeitos do racismo e lesbotransfobia.

4.9 Igualdade de gênero

Gênero refere-se a papéis, comportamentos, atividades e atributos que uma dada sociedade em um dado momento considera apropriado para homens e mulheres. Além dos atributos sociais e oportunidades associadas com ser homem ou mulher e as relações entre mulheres e homens, meninas e meninos, o gênero também se refere às relações entre mulheres e aquelas entre os homens. Estes atributos, oportunidades e relações são socialmente construídas e são aprendidas por meio de processos de socialização. Elas são específicas a um contexto e a um tempo, bem como são mutáveis. O gênero determina o que é esperado, permitido e valorizado em uma mulher ou em um homem em um determinado contexto. Na maioria das sociedades, há diferenças e desigualdades entre mulheres e homens nas responsabilidades que lhes foram atribuídas, atividades realizadas, acesso e controle sobre recursos, bem como oportunidades quanto a tomada de decisão. O gênero é parte do contexto sociocultural mais amplo e junto com raça e etnia, ao menos no Brasil, conformam componentes de desigualdades estruturantes, onde mulheres e população negra apresentam os piores indicadores socioeconômicos. Outros critérios igualmente importantes para a análise sociocultural são classe, nível de pobreza, orientação sexual e identidade de gênero, idade, etc. Para a Constituição Federal Brasileira, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Conforme as definições internacionais, igualdade de gênero refere-se à igualdade em direitos, responsabilidades e oportunidades das mulheres e dos homens, bem como das meninas e dos meninos. Igualdade não significa que mulheres e homens são os mesmos, mas que os direitos, responsabilidades e oportunidades dos homens e das mulheres não devem depender do fato de nascerem do sexo masculino ou feminino.

Igualdade de gênero indica que os interesses, necessidades e prioridades de homens e mulheres devem ser levadas em consideração, reconhecendo a diversidade dos diferentes grupos de homens e mulheres. A igualdade de gênero não é uma questão das mulheres, mas deve envolver igualmente homens e mulheres. Igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e também condição para e indicador de desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas. Para que seja plenamente alcançada, deverá incluir as especificidades de mulheres negras, indígenas, quilombolas, lésbicas e bissexuais, pessoas trans, entre outras.

O Estatuto da Criança e Adolescência (lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), que está em consonância com a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, considera criança a

pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. No entanto, em casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente o Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Crianças e adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. É importante ressaltar que os direitos enunciados neste Estatuto se aplicam a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (incluído pela lei nº 13.257, de 2016). 20 Meninas podem também ser definidas como uma categoria socialmente construída em torno de pessoas do sexo feminino entre 0 e 18 anos de idade.

A infância é construída com o entrecruzamento de outras identidades que os indivíduos têm. Etnia, classe, nacionalidade, ambiente familiar, orientação sexual, profissão e outras categorias, como, por exemplo, se essas pessoas vivem em um ambiente violento, se foram privadas de liberdades, se possuem deficiências ou se são do hemisfério ocidental ou oriental; são essas as identidades cujas interconexões irão enquadrar essas meninas em uma situação com mais ou menos acesso aos direitos humanos. Consequentemente, políticas públicas deveriam levar essas diferenças em consideração, uma vez que essas políticas irão afetar de forma desigual meninas que estiverem nessas situações. Apesar de todas essas diferenças, todas as meninas têm em comum o fato de que devem estar sob a supervisão de um adulto.

Por este motivo, tal análise deve ser pensada de uma perspectiva intergeracional. Além disso, é necessário se pensar nas meninas como sujeitos de direitos e não só como um objeto de proteção, como ressalta o Estatuto da Criança e Adolescência brasileiro acima citado.

4.10 Mutilação genital feminina

Trata-se da remoção parcial ou total da genitália externa feminina ou outras lesões aos órgãos genitais femininos por razões não terapêuticas culturais ou outras. Em alguns países, tal prática relaciona-se com ritos de passagem de meninas ou de mulheres jovens. Pode ser considerada como um meio de controle sobre a sexualidade de mulheres e meninas, e pode gerar graves consequências de saúde física e mental a elas, incluindo sangramento excessivo,

infecção, Meninas Mutilação genital feminina transmissão de doenças, trauma e dor, além de complicações nas relações sexuais e no parto. A Organização Mundial de Saúde agrupa a mutilação genital feminina em quatro tipos: 1. excisão do prepúcio (a dobra da pele ao redor do clitóris), com ou sem excisão de parte ou todo o clitóris; 2. excisão do clitóris com excisão parcial ou total dos pequenos lábios (as pequenas dobras interiores da vulva); 3. excisão parcial ou total dos órgãos genitais externos e sutura ou estreitamento da abertura vaginal (infibulação); 4. categorias, que incluem punção, perfuração ou incisão do clitóris e/ou lábios; alongamento do clitóris e/ou lábios; cauterização por queimadura do clitóris e tecido circundante; raspagem do tecido que circunda a abertura da vagina (cortes "angurya") ou corte da vagina (cortes "gishiri"); introdução de substâncias corrosivas ou ervas na vagina para provocar sangramento ou para apertar ou limitar a vagina. Isso e quaisquer outros procedimen plena e efetiva das mulheres e igualdade de oportunidades para a liderança: adotar medidas para garantir às mulheres igualdade de acesso às estruturas de poder e ao processo de decisão e sua participação em ambos (G.1) e aumentar a capacidade das mulheres para participar no processo de tomada de decisões e ocupar posições de chefia (G.2).

4.11 Participação plena e efetiva das mulheres

A participação igualitária das mulheres na tomada de decisões não é apenas uma exigência de simples justiça ou democracia, mas também pode ser vista como uma condição necessária para que os interesses das mulheres sejam considerados. Sem a participação ativa das mulheres e a incorporação da perspectiva das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz não podem ser alcançados. Em novembro de 2015, o Parlamento Latino-Americano e Caribenho, com o apoio da ONU Mulheres, aprovou a Norma Marco para a consolidação da Democracia Paritária, agora usada como referência pelos parlamentos nacionais da região para a implementação de reformas institucionais e políticas que promovam e assegurem a igualdade substantiva entre homens e mulheres em todas as esferas da tomada de decisão. Consiste numa ferramenta fundamental para o estabelecimento de um novo contrato social que elimina qualquer exclusão das mulheres e meninas e, assim, impulsione a igualdade entre homens e mulheres, promovendo a responsabilidade compartilhada em todas as esferas de suas vidas.

O conceito de democracia paritária, cunhado pela ONU Mulheres, transcende o meramente político e orienta-se à transformação das relações de gênero, impulsionando um novo equilíbrio entre homens e mulheres em que ambos assumam responsabilidades

compartilhadas em todas as esferas públicas e privadas. Trata-se de um enfoque estratégico integral que vincula a presença de mais mulheres na tomada de decisões na vida pública e privada, com políticas de conciliação e corresponsabilidade em todas as esferas entre homens e mulheres, e com a proteção e garantia de liberdade das mulheres. Um olhar amplo para abordar os fatores estruturais que impedem ou limitam o empoderamento político das mulheres e perpetuam a desigualdade de gênero. Para sua efetivação, requere-se uma grande aliança regional de todos os agentes nacionais, regionais e internacionais em prol da democracia paritária, propiciando sinergias, intercâmbio de boas práticas e evitando duplicidades nos esforços que se desenvolvem na América Latina e Caribe.

A Plataforma de Ação de Pequim é o documento marco da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz, realizada em Pequim, na China, em setembro de 1995. Os Estados-Membros, em diálogo com uma vasta massa de mulheres e homens que representaram a sociedade civil de todo o mundo, revisaram o progresso e os novos requisitos para acelerar a marcha global em direção à igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. A articulação de seu entendimento e o acordo estão contidos na Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim. A Declaração incorpora o compromisso da comunidade internacional para o avanço da mulher e para a implementação da Plataforma de Ação, garantindo que a perspectiva de gênero se reflita em todas as políticas e programas nos níveis nacional, regional e internacional. A Plataforma de Ação estabelece medidas para a ação nacional e internacional e lista 12 pontos prioritários de trabalho, além de ações detalhadas para alcançar seus objetivos estratégicos. Em suma, trata-se de um roteiro para o avanço da igualdade e do empoderamento das mulheres nos países. As doze áreas temáticas são: Mulheres e Pobreza; Educação e Capacitação de Mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra as Mulheres; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres no Poder e na Liderança; Mecanismos Institucionais para o Avanço das Mulheres; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e a Mídia; Mulheres e Meio Ambiente; Direitos das Meninas. O 20º aniversário da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres e a adoção da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim foi celebrado em 2015, tendo sido o tema central da 59ª Sessão da Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW59). Nessa reunião anual de alto nível, realizada em Nova Iorque, em março de 2015, líderes e ativistas mundiais fizeram um balanço dos avanços e dos desafios pendentes para implementar esse acordo histórico para a igualdade de gênero e os direitos das mulheres. Todas as 12 áreas de preocupação identificadas na Plataforma de Ação de Pequim em 1995 permanecem sendo desafios importantes a serem alcançados. 28 Proteção

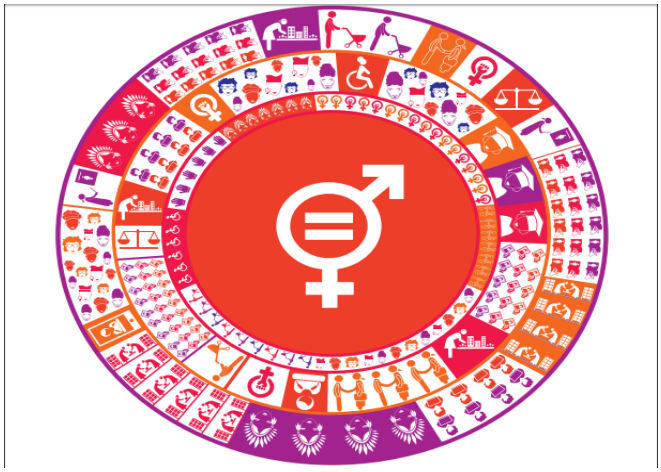
social é um elemento chave da política social de um país e consiste na prevenção, gestão e superação de situações que afetam negativamente o bem-estar das pessoas.

A proteção social baseia-se em políticas e programas que proporcionam acesso a serviços sociais essenciais como saúde e educação, e garantem um nível adequado de segurança que auxilie indivíduos a manter seu padrão de vida quando confrontados por múltiplas contingências como doenças, maternidade, deficiência ou envelhecimento; riscos de mercado, como desemprego; assim como crises econômicas ou desastres naturais. Assim, os mecanismos de proteção social são importantes meios de redução de pobreza e podem ser um instrumento eficaz na promoção da inclusão social, visto que não apenas previnem indivíduos e famílias de entrarem, permanecerem e/ou retornarem a/em condição de pobreza, como criam condições para que identifiquem seus direitos e assegurem seu envolvimento nos processos da sociedade.

Os principais instrumentos de proteção social são seguro social, assistência social e padrões de mercado de trabalho. No Brasil, a proteção social de assistência social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação efetiva, biológica e relacional. A política de proteção social no Brasil está baseada em três segmentos, a Assistência Social, a Previdência Social e Saúde. Essas três áreas, embora formem o pilar da política social no país, não constituem uma política de seguridade social unificada, visto que são políticas setoriais consolidadas institucionalmente de forma independente uma da outra, não havendo tampouco financiamento unificado para os três setores. Formalmente a Assistência Social circunscrevese ao enunciado nos arts. 203 e 204 do texto constitucional, estando garantida a quem dela necessitar, incluindo “grupos identificados por vulnerabilidades tradicionais, como é o caso das crianças, idosos ou portadores de deficiência.” A Constituição institui ainda “um benefício monetário de natureza assistencial, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que assegura uma renda mensal de cidadania a todos os idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza.”É no setor de saúde que o direito universal à proteção social tem maior expressão no país, baseando-se no sistema unificado de saúde e no acesso universal e igualitário aos seus serviços, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Por sua vez, a Previdência Social distinguese entre rural e urbana, sendo que a primeira extrapola a noção restritiva de seguro social e inclui o trabalhador rural em produção familiar independentemente de uma contribuição individual ao sistema. Já a previdência urbana apresenta-se com cobertura não universal, mais estritamente baseada na capacidade

contributiva dos cidadãos. Ainda na política previdenciária está inserido o seguro-desemprego. Assim, são evidentes as diferenciações entre elas, já que enquanto a saúde e a previdência rural adotam o caráter universalista na condição de direito de todo cidadão; a previdência urbana tem base contributiva, e a assistência social, seletiva.

É o documento marco da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD), realizada no Cairo, no Egito, em setembro de 1994. A CIPD é considerada um marco histórico, sendo o primeiro encontro global no qual todos os aspectos da vida humana foram abordados de forma abrangente. O Plano de Ação da CIPD é uma agenda de compromissos comuns para melhorar a vida de todas as pessoas por meio da promoção dos direitos humanos e da dignidade, do apoio ao planejamento reprodutivo, saúde e direitos sexuais e reprodutivos, da promoção da igualdade de gênero, da promoção da igualdade de acesso à educação para as meninas, da eliminação da violência contra as mulheres, além de questões relativas à população e proteção do meio ambiente.



Como determinado pela Assembleia Geral da ONU, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), em cooperação com outras organizações do Sistema Nações Unidas, organizações internacionais, instituições e especialistas, conduziu uma revisão global do Programa de Ação da CIPD, o que resultou no Relatório Global das Nações Unidas sobre a CIPD para Além de 2014, lançado no dia 12 de fevereiro de 2014. Esta é a primeira revisão ampla do progresso, das lacunas, desafios e questões emergentes relacionadas ao marco da CIPD, reunindo dados de 176 países. Os resultados fornecem fortes evidências que confirmam o foco inovador do Programa de Ação do Cairo, uma vez que a partir CIPD, as políticas e os

programas de população deixaram de centrar-se no controle do crescimento populacional como condição para a melhoria da situação econômica e social dos países, e passaram a reconhecer o pleno exercício dos direitos humanos e a ampliação dos meios de ação da mulher como fatores determinantes da qualidade de vida dos indivíduos.

A responsabilidade – moral, social, econômica, incluindo o cuidado da saúde e os afazeres domésticos - dentro do lar e da família não deve estar restrita a uma única pessoa. Entretanto, determinados tipos de responsabilidade geralmente afetam mais alguns membros que outros. Por exemplo, uma sociedade pode atribuir os cuidados do lar mais às mães, avós, filhas, irmãs, enquanto a responsabilidade pela renda familiar é atribuída aos integrantes masculinos. A responsabilidade compartilhada implica na responsabilidade distribuída de maneira equilibrada entre os vários integrantes do lar e da família, contribuindo para a redução da desigualdade de gênero. A Convenção 156 da OIT sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Trabalhadores e Trabalhadoras com Responsabilidades Familiares considera que estas são questões amplas relativas à família e à sociedade e que, portanto, devem ser tomadas em consideração pelas políticas nacionais. Avalia que os problemas enfrentados pelos/as trabalhadores/as se agravam quando possuem responsabilidades familiares e estas não dizem respeito apenas às mulheres. A Convenção reconhece que a igualdade de gênero no mundo do trabalho (produção) está fortemente associada à igualdade de gênero na esfera da reprodução (cuidado doméstico e familiar). Assim sendo, é necessário garantir condições para que trabalhadores/as com encargos familiares tenham direito à livre escolha de emprego, e que suas necessidades de emprego e de seguridade social sejam consideradas, para que haja a efetiva igualdade de oportunidades e de tratamento. Isto requer a necessidade de considerar suas demandas nos planejamentos comunitários e promover serviços comunitários, públicos ou privados, para atender à infância e à família. O Programa de Ação sobre População e Desenvolvimento requer que as responsabilidades masculinas na vida de família sejam incluídas na educação dos filhos desde a infância. Ênfase especial deve ser posta na prevenção da violência contra mulheres e crianças. Esforços especiais devem ser envidados para enfatizar a responsabilidade compartilhada do homem e promover seu ativo envolvimento na paternidade responsável, bem como comportamento sexual e reprodutivo.

A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade. A saúde sexual e reprodutiva refere-se a todas as matérias relativas ao sistema sexual e reprodutivo e a suas funções e processos. A saúde sexual implica que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, a partir do acesso à informação,

insumos e serviços de prevenção e tratamento de doenças e infecções sexualmente transmissíveis. A saúde reprodutiva implica que o indivíduo tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e quantas vezes o quer fazer. Implícito nesta última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados/as e de ter acesso a métodos eficientes, seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento familiar de sua escolha, assim como outros métodos, de sua escolha, de controle da fecundidade, e o direito de acesso a serviços apropriados de saúde que deem às mulheres condições de passar, com segurança, pela gestação e pelo parto e proporcionem a melhor chance de ter um/a filho/a sadio. A assistência à saúde reprodutiva é definida como o conjunto de métodos, técnicas, insumos e serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivo, prevenindo e resolvendo problemas de saúde reprodutiva. Os serviços de saúde sexual e reprodutiva devem atender às necessidades dos/as usuários/as e devem estar disponíveis para todas as pessoas, ser acessíveis, aceitáveis e de alta qualidade. Como exemplos destes serviços, incluem-se assistência ginecológica, formas de contracepção segura e efetiva, aborto seguro e assistência pós-aborto nos casos permitidos por lei, assistência à saúde materna, prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, atendimento para vítimas de violência sexual e de gênero, tratamentos de infertilidade e fertilidade, prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer de mama e do aparelho reprodutor, entre outros. Saúde sexual e reprodutiva Além disso, numa perspectiva mais ampla de bem-estar, a saúde sexual requer uma aproximação positiva e respeitosa à sexualidade e aos relacionamentos sexuais, assim como a possibilidade de ter experiências sexuais agradáveis e seguras, livres de coerção, discriminação e violência.

Formas de tecnologias usadas para transmitir, guardar, criar, exibir, compartilhar ou trocar informações por quaisquer meios, incluindo os meios eletrônicos.37 Com o avanço da internet cresce também o uso de tecnologias móveis como laptops, tablets e telefones celulares. O acesso a tecnologias de informação e comunicação são elementos essenciais do direito à informação e das liberdades de opinião e expressão.

As decisões podem ocorrer em diversos níveis na vida política, econômica e pública, compreendendo temas que afetem um ou vários indivíduos, a família ou uma população, comunidade, bairro, cidade, região, país ou mesmo o mundo inteiro. É importante reconhecer que a tomada de decisão se refere a muitas e diferentes áreas da vida pública, incluindo, mas não se limitando a cargos de decisão em governos, órgãos legislativos e partidos políticos. Também é necessário buscar uma representação igual de homens e mulheres em cargos de decisão nas áreas de arte, cultura, esportes, mídia, educação, religião e da lei, bem como nas

organizações de empregadores e sindicatos, corporações nacionais e transnacionais, bancos, instituições acadêmicas e científicas, e as organizações regionais e internacionais, incluindo aquelas do Sistema das Nações Unidas.

O termo trabalho não remunerado engloba todas as atividades diárias que sustentam nossas vidas e saúde, como trabalho doméstico (preparação de alimentos, limpeza, lavanderia) e cuidados pessoais (especialmente de crianças, idosos, pessoas que estão doentes ou têm uma deficiência). De acordo com a Campanha do Milênio da ONU para reduzir à metade a pobreza mundial até o ano de 2015, a esmagadora maioria do trabalho que sustenta a vida diária - cultivar alimentos, cozinhar, criar os filhos, cuidar de idosos, realizar a manutenção de uma casa, transportar água - é realizada por mulheres, e este trabalho é universalmente reconhecido como de baixo status e tem pouca ou nenhuma remuneração. O pouco valor social e econômico atribuído a este trabalho contrasta com sua importância real para as famílias e sociedade em geral.

O documento final da Conferência Rio+20 reconhece pela primeira vez que o trabalho informal não remunerado, realizado geralmente por mulheres, contribui substancialmente para o bemestar humano e o desenvolvimento sustentável, mas é importante reconhecer que coloca uma carga desproporcional sobre as mulheres e meninas. Nesse sentido, deve-se buscar condições de trabalho seguras e decentes, bem como acesso à proteção social e educação (parágrafo 153). O trabalho não remunerado apoia o setor do mercado, diminuindo o custo que os/as empregadores/as devem aportar para manter os/as funcionários/as e suas famílias. Ele também apoia o setor público, oferecendo serviços de saúde, saneamento, água e cuidado da criança quando a provisão pública de tais serviços é inexistente ou insuficiente.

Em outubro de 2016, nova legislação nacional foi aprovada (lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016) sobre prevenção e repressão ao tráfico de pessoas cometido no território nacional contra vítima brasileira ou estrangeira e no exterior contra vítima brasileira, bem como medidas de atenção às suas vítimas. Esta lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o qual passa a vigorar acrescido do seguinte art. 149-A e revoga os arts. 231 e 231-A. De acordo com o novo artigo incorporado ao Código Penal, “tráfico de pessoas” envolve agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; III - submetêla a qualquer tipo de servidão; IV - adoção ilegal; ou V - exploração sexual. Segundo definição internacionalmente aceita, por “tráfico de pessoas” entende-se o

recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração (vide verbete "exploração sexual e de outros tipos") será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios acima referidos. O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança (qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos) para fins de exploração serão também considerados "tráfico de pessoas", mesmo que não envolvam nenhum dos meios acima referidos. Os Estados Partes do Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional deverão adotar ou reforçar medidas, designadamente por meio da cooperação Tráfico de pessoas bilateral ou multilateral, para reduzir os fatores como a pobreza, o subdesenvolvimento e a desigualdade de oportunidades, que tornam as pessoas, em especial as mulheres e as crianças, vulneráveis ao tráfico.

As organizações sustentáveis são desenvolvidas para perdurar no mercado perante décadas. Ter compromisso real com o consumidor irá ajudar a empresa a manter seu posicionamento satisfatório no mercado.

A luta pelo empoderamento feminino no Brasil conquistou alguns avanços, nos últimos anos, com ajuda das mídias sociais, onde grupos de estudos e causas conseguiram se organizar melhor e propagar a importância da igualdade de gênero.

O Brasil ainda enfrenta uma forte onda de violência, tráfico e exploração sexual de meninas e mulheres pelo país, mesmo impondo leis mais duras e punições severas como a PEC 64/2016, que faz com que crimes de estupros se tornem imprescritíveis. Até a criação da PEC, estupros eram tratados como crime hediondo e inafiançável.

O país criou o Programa Mulher, Viver sem Violência, consistido por estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres, centros de atendimentos à vítima, unidades móveis para atendimentos em regiões de fronteira secas, campos e florestas, além ampliar campanhas de conscientização em instituições de transporte e educação públicas.

O Brasil está conseguindo reduzir a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, devido a promoção dos direitos trabalhistas igualitários e das extensões de benefícios previdenciários, como a aposentadoria e salário maternidade. Entretanto, ainda há muito a ser

feito para reduzir a desigualdade em outros aspectos, como: empoderamento econômico e político, educação, saúde e enfrentamento da violência.

CAPÍTULO 5. EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO EONÔMICO

5.1. Do que se trata a ODS 8 e o que já vem sendo feito

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 é o que tem como centro o mundo do trabalho e do desenvolvimento econômico.

- 8.1 sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do PIB nos países menos desenvolvidos

- 8.2 atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra

- 8.3 promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

- 8.4 melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o “Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis”, com os países desenvolvidos assumindo a liderança

- 8.5 até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

- 8.6 até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

- 8.7 tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a moderna escravidão e tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

- 8.8 proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas com emprego precário

- 8.9 até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

- 8.10 fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros, e de seguros para todos
    - 8.a aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio (Aid for Trade) para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado (Enhanced Integrated Framework) para os países menos desenvolvidos

    - 8.b até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da OIT

Com a crise econômica, houve uma queda acentuada no Produto Interno Bruto (PIB) com um forte impacto no mercado de trabalho brasileiro, que causou o fechamento de empresas e deixou 14 milhões de brasileiros desempregados.

Como alternativa as vagas formais, o empreendedorismo cresceu no país, gerando renda para milhares de famílias. Para estimular o empreendedorismo, foi criado o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com objetivo de regulamentar o tratamento favorecido, simplificado e diferenciado ao pequeno negócio. Em 2008, o governo formalizou o Microempreendedor Individual (MEI), profissional que trabalha por conta própria como um pequeno empresário, recebendo algumas vantagens em bancos e isenções de tributos federais.

Os jovens brasileiros são os mais prejudicados no mercado de trabalho. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 27,3% dos jovens de 18 a 24 anos estão desempregados.

Em comparação a outros países, a taxa de emprego de jovens é superior a do Brasil. Na África do Sul, por exemplo, a quantidade de jovens empregados é o dobro da brasileira, explicou Ruy Braga, professor da USP e especialista em sociologia do trabalho, a revista Carta Capital.

O brasileiro também recebeu o Programa Nacional de Trabalho Decente, criado com o intuito de estabelecer prioridades, resultados esperados, formular estratégias, metas, prazos, produtos e indicadores de avaliação de políticas públicas de emprego e proteção salarial.

O índice de desemprego se agrava para os trabalhadores com algum tipo de deficiência. A inclusão de deficientes no mercado corresponde a menos de 1% das 45 milhões de pessoas com deficiência no país.

Por isso, entre seus detalhamentos, vários tratam da economia internacional, seja por metas de desempenho econômico (8.1), seja por busca de eficiência e produtividade (8.2 e 8.4).

O emprego decente, o empreendedorismo e o valor à criatividade e à inovação são tema do objetivo 8.3, que incentiva a formalização e o crescimento de micro, pequenas e médias empresas.

Uma preocupação especial é com o trabalho para grupos sociais específicos, como as mulheres, pessoas com deficiência e os jovens (8.5, 8.6 e 8.a).

Além disso, a meta propõe o incentivo ao turismo sustentável (8.9), que gera empregos e promove a cultura, e o respeito aos direitos trabalhistas, inclusive de migrantes.

O Brasil possui uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), estabelecida pelo Decreto nº 6.047, de 2007. Seu objetivo é reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões do país, e deve servir como orientação para as ações do governo federal. Uma nova política vem sendo discutida desde 2012, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional.

Para o aumento da produtividade, uma das ações é o Plano Brasil Maior, que consiste na política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal. A inovação, por sua vez, é coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que apresenta um portal voltado para a temática.

Para o fomento ao pequeno negócio, há o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, também conhecido como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, instituído pela Lei Complementar n° 123, de 2006. A norma regulamenta o tratamento favorecido, simplificado e diferenciado a esse setor econômico.

Uma das principais ações dos últimos anos para a formalização de trabalhadores foi a criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI), em 2008, pela Lei Complementar nº 128, da Presidência da República.

O MEI é a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário. Algumas das vantagens para quem se formaliza é a possibilidade de abertura de conta em banco e isenção de tributos federais. As atividades permitidas e outras informações podem ser encontradas no Portal do Empreendedor.

O Programa Crescer de Microcrédito Produtivo Orientado, por sua vez, tem o objetivo de facilitar o acesso de micros e pequenos negócios ao crédito orientado, como forma de incentivo ao crescimento desses empreendimentos.

Quanto ao trabalho e à qualificação da juventude, o principal programa em vigor é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo governo federal em 2011 para democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O jovem é um dos segmentos alvos.

Já para o fomento do turismo sustentável, há iniciativas do Ministério do Turismo, chamadas Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), que buscam organizar o planejamento e as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística. O Ministério do Turismo também possui ações voltadas para o turismo sustentável, como os Programas de Integração à Produção Associada ao Turismo, para ampliar a renda das comunidades de localidades turísticas.

O Brasil ainda possui o Programa Nacional de Trabalho Decente, criado a partir da Agenda Nacional de Trabalho Decente com o objetivo de estabelecer prioridades, resultados esperados, estratégias, metas, prazos, produtos e indicadores de avaliação

5.2. Reflexão sobre o desenvolvimento e o crescimento econômico sustentável da economia Brasileira

Falar dos temas crescimento e desenvolvimento sustentável, ao contrário do que parece, não é tarefa fácil, já que permeia nos discursos políticos e artigos científicos entendimentos distintos com relação ao que seria desenvolvimento. No entanto, para que um país alcance o desenvolvimento sustentável é imprescindível que ele consiga atender as necessidades atuais da sociedade, sem comprometer as necessidades das futuras gerações. Nessa linha de raciocínio, desenvolver significa muito mais que crescer, exige que este crescimento gere transformação qualitativa, para que os frutos desse crescimento, sejam finalmente incorporados pela sociedade como um todo. Nesse sentido, desenvolvimento pode ser entendido como um instrumento transformação social e aumento do bem-estar social da sociedade como um todo. Quanto ao tema crescimento econômico sustentável, não há dúvidas entre os economistas, e quer dizer que é necessário que a economia em longo prazo mantenha taxa de crescimento do PIB per capita ascendente e estável, levado a cabo por políticas macroeconômicas consistentes, excluindo assim, a possibilidade alterações bruscas e aleatórias nessa trajetória de crescimento. A busca do crescimento sustentável converte-se na condição sine qua non, para que um país alcance patamares superiores de desenvolvimento. Não se pode conceber que algum país consiga elevar o seu nível de desenvolvimento sem crescimento equilibrado. Embora essa condição seja válidas para qualquer país, procura-se a seguir destacar o Brasil. A questão que se coloca é a seguinte: quais seriam as condições básicas para o crescimento sustentado? É possível enumerar vários fatores, como os fatores econômicos, os sociais, os políticos e os ambientais, entre outros. Permito-me dado o meu viés de formação, avaliar de forma mais sistemática a influência dos fatores econômicos sobre o já mencionado crescimento sustentado. Para que o Brasil possa aumentar sua taxa de crescimento, é fundamental que ele continue perseguindo incessantemente a melhoria dos fundamentos de sua política macroeconômica. O equilíbrio intertemporal das contas públicas é um dos pilares do crescimento econômico sustentável. Infelizmente, como é de conhecimento público, a busca de superávit primário nunca esteve, nas últimas décadas, na agenda dos Governos brasileiros. A relação “incestuosa” dos governantes brasileiros com déficit público crescente exigia que o ajuste das contas públicas fosse via imposto inflacionário e endividamento interno. Logicamente, que essa situação tornou-se insustentável em longo prazo, fazendo o país mergulhar na hiperinflação. Parte do sucesso alcançado pelo Plano Real, na redução dos patamares inflacionários, foi conseguida graças ao esforço empreendido pelo Governo Fernando Henrique para equilibrar as contas públicas a partir de 1998, até, então, o

país acumulava crescentes déficit primários. Com alguns números fica claro esse ponto, ao longo do período 1999-2002, o superávit primário médio foi de, aproximadamente, 3,6% do PIB. No primeiro ano do Governo Lula esse superávit aumentou para 4,3% do PIB . Por quê é importante para o país a manutenção de superávit primário na casa dos 4% do PIB? Primeiro, em razão do incremento substancial do déficit público que passou de, aproximadamente, 42%, em 1998, para, próximo de 58% do PIB em 2004, o superávit primário nas contas públicas reduz o déficit público geral. Em segundo lugar, o alto risco-pais obriga a manutenção dos juros em níveis elevados. Em terceiro lugar, uma política monetária mais austera ajuda o país a cumprir as metas de inflação prevista para este ano. A capacidade de sinalizar uma meta e cumprí-la garante credibilidade do Governo interna e externamente. Por essa razão, a queda nos juros deve ser feita com muita responsabilidade, creio que o BACEN tem agido corretamente na determinação dos juros, dado que os investidores estrangeiros participam significativamente nos total dos investimentos realizados no pais. Para se ter uma idéia, atualmente, do total dos investimentos em Bolsa de Valores 27,2% são de investidores estrangeiros, sem contar que parte do endividamento interno está indexado ao dólar. Assim, quando aumenta o risco do país tornar-se inadimplente justifica a fuga de capitais. Felizmente, esse não é o quadro atual, existe sim ambiente propício para a queda nos juros, e creio que os juros devam fechar esse ano em patamares inferiores a 14%. A queda nos juros é imprescindível para que os mecanismos de financiamento dos investimentos privados sejam mais eficientes e competitivos em níveis internacionais e, permitir que os spreads embutidos nos custo financeiro dos empréstimos sejam reduzidos. Nos últimos anos, o volume de crédito vem em expansão no Brasil, no entanto, a razão crédito/PIB no Brasil ainda é muito baixa, cerca de 30%, muito distante da média dos países emergentes e desenvolvidos que chegam próximos de 60% e 130%, respectivamente. Uma outra variável que contribui substancialmente para o crescimento sustentável do país é o setor externo que, tem apresentado excelente desempenho no Governo Lula. Só nos primeiros três meses de 2004 já são U$ 6,2 bilhões acumulados. Os constantes superávit na balança comercial contribui para aumentar as reservas do país e, consequentemente, reduzir a vunerabilidade externa. O crescimento econômico sustentável pode ficar parcialmente comprometido, se em longo prazo não houver uma ação decisiva por parte do Governo em reduzir o custo-Brasil, faz parte desses custos, entre outros: o estrangulamento da infra-estrutura do país; a carga tributária. . Portanto, a sustentabilidade do crescimento econômico pressupõe a consistência da política macroeconômica, que irá significar no horizonte de médio prazo redução dos juros, criando assim as bases para o crescimento econômico. Além disso, o

Governo deve empreender esforço para aumentar o superávit comercial e procurar reduzir o custo-Brasil, sem jamais esquecer que o crescimento não pode ocorrer à revelia dos investimentos em saneamento básico, saúde, habitação e educação. O Brasil possui uma enorme dívida social que já começou a ser resgatada no Governo FHC, com a redução dos níveis de pobreza, no entanto ainda muito precisa ser feito para que, realmente, a miséria e a fome acabe no país. O aumento do bem-estar social melhora a imagem do país no exterior favorecendo os investimentos estrangeiros

CONCLUSÃO

Conclui-se que a sustentabilidade consiste em encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável, principais desafios da sustentabilidade a conscientização de que esta é um processo a ser percorrido e não algo definitivo a ser alcançado.

A EDS pode contribuir para alcance dos ODS, primeiramente, por meio do desenvolvimento de competências de sustentabilidade transversais necessárias para liderar com muitos desafios de sustentabilidade diferentes e relacionar os diferentes ODS uns com os outros. Os Educadores podem instrumentalizar os resultados específicos de aprendizagem cognitiva, socioemocional e comportamental que lhes permitirão lidar com os desafios particulares de cada ODS.

Para que todos ao redor do mundo possam atuar em favor dos ODS, todas as instituições de educação devem considerar como sua responsabilidade trabalhar intensamente com questões de desenvolvimento sustentável, promover o desenvolvimento de competências de sustentabilidade e desenvolver os resultados de aprendizagem específicos relacionados a todos os ODS. Por isso, é vital não apenas incluir conteúdos relacionados aos ODS nos currículos, mas também utilizar a pedagogia transformadora orientada para a ação.

Sabendo dessa importância da ODS e a maior conscientização através da educação, as empresas têm alterado suas rotinas devido as responsabilidades ambientais. As atitudes que cooperam para um equilíbrio no meio ambiente devem estar de acordo com os princípios da empresa. Para ser uma organização sustentável, não deve-se apenas apoiar as iniciativas mas além disso, ela deve ter acima de tudo, um compromisso verdadeiro com as ações socioambientais.

Os consumidores estão cada vez mais conscientes sobre como deve funcionar uma organização sustentável. Portanto a empresa deve prezar pelo seu posicionamento. Estes consumidores se sentem orgulhosos e são fieis a organização sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] CAVALCANTI, Clóvis. (org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.

[2] Education for Sustainable Development Goals: learning objectives. Publicado em 2017 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

[3] FERREIRA, Leila da Costa. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

[4] FREITAS, Eduardo de. O cidadão no desenvolvimento sustentável; Brasil Escola. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/o-cidadao-no-desenvolvimento-sustentavel.htm>. Acesso em 04 de outubro de 2018.

[5] https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/

[6] http://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/cenario-para-a-implementacao-dos-ods/

[7] https://redeglobo.globo.com/Responsabilidade-Social/eu-sou-geracao-do-amanha/noticia/cenario-dos-ods-no-brasil.ghtml

[8] https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/administracao/sustentabilidade-empresarial.htm

[9] https://organicsnewsbrasil.com.br/e-hora-da-mudanca/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/objetivo-5-alcancar-igualdade-de-genero-e-empoderar-as-mulheres/

[10] https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Glossario-ODS-5.pdf

[11] http://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods8/